

13-01-2003 19:16:00. Notícia nº 4438903

Temas: justiça autarquias portugal impreg

Sintra: Líder do PSD local e assessor da Câmara processado por dívidas

Por Joana Gaivão, da Agência Lusa Sintra, 13 Jan (Lusa) - A Câmara de Sintra contratou para assessor o líder do PSD local, numa altura em que António José Melo estava a braços com processos judiciais por dívidas instaurados pelo clube Sintrense e sócios da empresa RodaSintra, da qual é gerente.

António José Carvalho e Melo foi também deputado da Assembleia Municipal de Sintra até há cerca de meio ano, altura em que suspendeu o mandato para passar a exercer o cargo de assessor do presidente da câmara, Fernando Seara, eleito pelo PSD, que garante desconhecer os processos, à excepção do que foi colocado pelo Sporting Clube Sintrense.

Contactado pela Agência Lusa, António José Melo confirmou a existência dos processos judiciais, mas frisou que "quer a questão com o Sintrense quer as outras a decorrer em tribunal também envolvem um outro sócio".

"Além disso, eu estava sem rendimentos até ser assessor da Câmara. Agora, já estou em condições de pagar o que devo e tenho intenção de fazê-lo, a começar pelo Sintrense, a que vou pagar muito em breve", garantiu. A dívida totaliza 75 mil euros (15 mil contos).

Já antiga, a questão com o Sintrense é de facto a mais conhecida. Remonta a finais de 1999, quando António José Melo, sócio gerente da empresa "RodaSintra Equipamentos Auto, Lda", deixou de pagar o aluguer mensal de 1.500 euros (300 contos, IVA incluído) de uma oficina de pneus que tem nas instalações daquele clube de futebol.

"O Sintrense tentou tudo, fez até uma proposta a esse senhor no sentido de serem perdoados os juros vencidos e vincentes. Por outro lado, se ele quiser trespassar a oficina, pode fazê-lo que o Sintrense garante fazer o mesmo contrato com outra empresa desde que esta pague os mesmos valores", frisou o presidente do Sintrense, Adriano Filipe, contestado por António Melo, que garante nunca ter sido colocada a hipótese do trespasse.

Falhado o diálogo e sem o +feedback+ de António José Melo, o Sintrense avançou para a barra dos tribunais em Junho de 2001, interpondo dois processos: um de cobrança de rendas e uma acção de despejo para reaver a casa ocupada.

Segundo Adriano Filipe, apesar de ter sido notificado no âmbito da cobrança, António José Melo continua sem pagar. Quanto à acção de despejo, acrescentou, "tem fugido sempre", impossibilitando o clube de futebol de alugar aquele espaço.

"Quando as pessoas são honestas, as coisas resolvem-se. Mas aqui há má-fé, até porque ele já nem exerce ali qualquer actividade desde Dezembro de 2001 e até nos mandou quatro a cinco meses de contas de electricidade, que tinha posto em nome do Sintrense, para pagarmos", salientou Adriano Filipe.

De acordo com o presidente do clube, "os processos foram ganhos, mas uma vez que a RodaSintra já não tem bens - penhorados no âmbito de um outro processo - a advogada do Sintrense propôs a falência da empresa e está a tentar provar que há dolo na gerência da sociedade".

"Apesar de tudo, mantenho ainda hoje as minhas propostas e mais honesto e colaborador não posso ser", disse Adriano Filipe.

Mais sorte teve a empresa "Yokohama Portugal Aces, Viaturas" que em Maio do ano passado ganhou contra a RodaSintra uma acção de penhora de bens interposta no Tribunal da Comarca de Sintra - Juízos Cíveis.

Contactada pela Lusa, a Yokohama disse nada saber sobre este processo, alegando tratar-se de um "mal-entendido", mas a agência noticiosa teve acesso ao edital que fixa o dia 12 de Junho de 2002 para a abertura de propostas de eventuais interessados na compra de uma máquina, penhorada à RodaSintra a favor daquela empresa, em que António José Melo é "fiel depositário", sendo estabelecido o preço para venda em cerca de 12,5 mil euros.

Em via judicial, no 2/o Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, está ainda um outro processo - 655/2000 de 06 de Julho. Desta vez, João Quedas Marques é o nome do autor, sócio de António Melo e ex-gerente da RodaSintra desde Outubro de 1999, que ao estranhar a contínua falta de lucros, decidiu abrir um inquérito judicial.

"Meti um processo de sindicância, pelo facto de o Tozé Melo já não prestar contas há três/quatro anos", disse João Quedas Marques.

Sem compreender como é que uma pessoa vive dos rendimentos de uma empresa que só dava prejuízos, João Quedas Marques quis saber "qual a situação" do seu dinheiro na sociedade e descobriu que só existia uma prestação de contas em 1998 e "dinheiros mal gastos".

"Soube também que existiam letras e cheques sem cobertura que eram devolvidos", disse João Marques, acrescentando que apesar de a sentença, dada a 06 de Março de 2001, lhe ter sido favorável - obrigando António José Melo a prestar contas - nunca foi cumprida.

Além disso, contou João Quedas Marques, também a PT Comunicações pôs uma acção especial de "Cumprimento de Obrigações Pecuniárias" - processo 595/2002 de 12 de Abril, no 10/o Juízo do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa - à RodaSintra por não ter pago as contas de telefone entre Janeiro e Junho de 2000, num valor de 1.044 euros, uma quantia que António José Melo diz ter pago no final do Verão.

"No entanto, como não o conseguem notificar, a mim é que me contactaram, quando eu já nem sou gerente e é a ele que cabe o pagamento. Contestei logo a notificação no mesmo mês em que recebi a carta do tribunal e enviei a certidão em como renunciei à gerência da empresa em 1999", relatou João Marques, aludindo também a uma dívida com a empresa PneuEstrada.

Confrontado com esta situação, António José Melo acusa o seu sócio de ter saltado fora "quando percebeu que as coisas não estavam boas, com o objectivo de o deixar sozinho e responsável por tudo".

Por outro lado, já em Dezembro de 1998 a RodaSintra tinha, segundo conta João Marques, uma dívida de cerca de 6.000 contos, razão que terá sido alegadamente usada por António José Melo para convidar um novo sócio para a sociedade, permitindo um aumento do capital social e logo a atenuação da dívida.

"Fui convidado pelo António Melo para entrar para a firma e então ficou acordado que a escritura seria realizada em Fevereiro de 1999. Como era preciso trabalho e dinheiro, avancei logo com 3.500 contos, pensando que reduziria a dívida de 6.000 contos para 2.500, pouco mais que uma conta corrente de uma empresa", disse à Lusa o homem que se propunha ser o novo sócio, preferindo não divulgar o nome, pois tem ainda a correr um processo contra António Melo.

De acordo com esta fonte, o facto de a contabilidade não estar fechada impediu a celebração da escritura, mas a garantia de António José Melo de que dentro de dois/três meses tudo se resolveria levou o "novo" sócio a continuar a trabalhar, mas sem vencimento nem descontos.

"Eu e o João Marques marcámos uma reunião para Julho, mas o Tozé foi de férias. Foi então que comecei a receber telefonemas sobre dívidas que não sonhava que existiam e depois o Sintrense foi lá bater à porta. Descobri que afinal em vez de 6.000 contos de dívida havia mais de 10.000. Pedi uma reunião [aos sócios] para comunicar o descalabro", disse a fonte.

O resultado, acrescentou, foi inevitável: "Saí sem nada da empresa, perdi o meu dinheiro que me custou muito a ganhar. Consegui que ele assinasse um acordo de dívida, onde se comprometia a pagar 250 contos de dois em dois anos até ao final da liquidação".

"Como nunca o fez, pus em Outubro de 2000 uma acção no 1/o juízo do Tribunal da Comarca de Sintra, que veio a obrigá-lo a pagar tudo num prazo de 30 dias, o que também não cumpriu. Por isso, avancei para uma acção de

penhora de bens, que está a decorrer", disse a mesma fonte, acrescentando que se mesmo assim a situação não se resolver, então avançará para um processo de burla.

Em declarações à Lusa, António José Melo afirmou que "incompatibilidades de feitios" terão estado no afastamento deste seu "novo" sócio, mas adiantou que também neste caso tem intenção de pagar a sua dívida, apesar de frisar que a RodaSintra tem dois sócios e, como tal, João Marques terá também que pagar metade.

Em declarações à Agência Lusa, o presidente da Câmara de Sintra, Fernando Seara garantiu desconhecer "em absoluto" os processos judiciais contra o seu assessor, à excepção do existente com o Sporting Clube Sintrense.

"Sei apenas que há uma questão complexa com o Sintrense, em vias de se resolver, mas desconheço absolutamente quaisquer outros processos", garantiu Seara, justificando a realização do contrato com António José Melo pelo facto de ser de Sintra e "um grande conhecedor do concelho".

O objectivo da sua contratação era "fazer a ligação do município com as várias juntas de freguesia", disse o autarca.

Segundo uma fonte camarária, que pediu o anonimato, o assessor da Câmara terá começado por receber um salário de 5.000 euros (mil contos), que seria reduzido para cerca de metade passados alguns meses, mas o presidente da Câmara desmente peremptoriamente.

"A remuneração é a mesma que a dos adjuntos [entre 2.500 e 3.000 euros]. O que aconteceu foi que, devido a atrasos no pagamento dos ordenados [do assessor], terá recebido [de uma vez] uma quantia de dois ou três meses" de salário, assegurou Seara, reiterando a confiança que tem em António José Melo.

Lusa/fim

Copyright © 2001 Agência Lusa Todos os direitos reservados
www.lusa.pt

[imprimir](#) | [guardar](#)

[fechar](#)